



Fornecimento contínuo de ração para animais do CRO.

CADERNO DE ENCARGOS – CONCURSO PÚBLICO

Município de Santa Cruz
fevereiro de 2021



PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL PARA O FORNECIMENTO CONTINUADO DE

RAÇÃO PARA ANIMAIS DO CRO - 2021

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de ração para animais do CRO , em regime de contrato de fornecimento contínuo, até ao final do ano de 2021.

2 – Com o presente procedimento pretende-se fixar os preços unitários da listagem dos bens descritos no Anexo I do Caderno de Encargos a serem fornecidos, eventualmente, mediante as necessidades do Município de Santa Cruz.

3 – Conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), o procedimento insere-se na categoria 44100000-1 – Materiais de construção e artigos afins.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 – O contrato a celebrar é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:



- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente com a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

- 1 – O contrato mantém-se em vigor durante o ano de 2021, a contar da data da celebração do contrato até 20-12-2021, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, podendo a sua duração ser inferior, caso o preço contratual seja atingido.
- 2 – O fornecimento será executado gradualmente e de acordo com as necessidades da entidade adjudicante.
- 3 – Os fornecimentos parciais deverão, tanto quanto possível, ser realizados no prazo de 2 (dois) dias úteis após a receção da requisição por parte do adjudicatário.



4 – Após a assinatura do contrato, a entidade adjudicante procede à publicitação no portal dos contratos públicos dos blocos de dados e do relatório de formação do contrato, conforme exigido pelo artigo 127.º do CCP.

Cláusula 4.ª

Local de entrega

Os bens objeto do contrato deverão ser entregues nas instalações do Armazém da Câmara Municipal de Santa Cruz- secção Aprovisionamento, sito à Rua Ribeira da Boaventura, São Pedro, e/ou no CRO de Santa Cruz – Eiras Santa Cruz (junto ao complexo desportivo Braulio França).

Cláusula 5.ª

Proposta

1 – Além dos elementos obrigatórios definidos no Ofício Convite, deve constar das mesmas:

a) Proposta de preço, que deverá especificar:

i. Preço Total sem IVA, em algarismos e por extenso;

ii. Preços Unitários, sem IVA;

iii. Indicação de que o preço total engloba: deslocações necessárias, e formação dos elementos da entidade adjudicante

iv. Referência a aspetos que, do ponto de vista do adjudicatário, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa ao serviço

2 – Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção de documentos, que em função de especificidade técnica, se admite que possa ser redigido em inglês.



Cláusula 6.ª

Critério de Adjudicação

- 1 – A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de avaliação do preço ou custo unitário médio (100%).
- 2 – Em caso de empate na avaliação, a adjudicação é efetuada ao concorrente cuja proposta tenha o fornecimento dos bens com o menor prazo de entrega.

Cláusula 7.ª

Propostas Variantes

- 1 – Não são admitidas propostas variantes.
- 2 – São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos neste caderno de encargos.
- 3 – Nos casos em que se permite a apresentação de propostas variantes, os concorrentes são obrigados a apresentar proposta base.

Cláusula 8.ª

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de Negociação.

Capítulo II

Obrigações das partes



Obrigações principais do adjudicatário

Cláusula 9.^a

Obrigações do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, decorrem para o adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais:

- a) Não alterar as condições de fornecimento para além dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- b) Entregar os bens em conformidade com o estabelecido no presente Caderno de Encargos;
- c) Prestar, de forma correta e fidedigna, as informações referentes às condições de fornecimento, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem e que venham a ser solicitados;
- d) Garantia dos bens;
- e) Sempre que se verifique a descontinuidade de algum produto, proceder à sua substituição, submetendo essa atualização ao Município de Santa Cruz juntamente com uma declaração que confirme a descontinuidade, emitida pelo fabricante do produto ou pelo representante oficial em Portugal;

2 — Caso não disponha dos produtos encomendados, por rutura temporária de stock, propor, atempadamente, ao Município de Santa Cruz, a sua substituição por outros de qualidade idêntica ou superior, não podendo deste facto resultar um acréscimo de custos para o Município. O adjudicatário deverá, nesta situação, fornecer todos os elementos necessários à avaliação da adequação da substituição por parte do Município, nomeadamente amostras e especificações técnicas e funcionais dos novos bens a fornecer, ficando todos os encargos a cargo do adjudicatário.



3 — A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à ao fornecimento bens objeto do presente procedimento.

Cláusula 10.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1 — O adjudicatário obriga-se a entregar ao Município de Santa Cruz os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2 — Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua utilização.

3 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 — O adjudicatário é responsável perante o Município de Santa Cruz por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 11.^a

Entrega dos bens objeto do contrato

1 — Os bens objeto do contrato deverão ser entregues nas instalações do Armazém da Câmara Municipal de Santa Cruz- Secção de Aprovisionamento, sito à Ribeira da Boaventura – São Pedro, e/ou no CRO de Santa Cruz, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a receção da respetiva nota de encomenda autorizada, a emitir pelo Município de Santa Cruz.



2— Os bens serão fornecidos de acordo com as notas de encomenda do Município de Santa Cruz, ao longo da duração do contrato, não podendo o adjudicatário impor quantidades mínimas ou máximas para os fornecimentos solicitados pelo Município.

3 — O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato e para os bens que se justifique, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

4 — Com a entrega dos bens objeto do contrato ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o Município de Santa Cruz, bem como o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o adjudicatário.

5 — Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato, respetivos documentos para o local de entrega e com a respetiva instalação, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 12.ª

Inspeção

1 — Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o Município de Santa Cruz, por si ou através de terceiro por ele designado, e com o apoio do adjudicatário, procede, no prazo de 3 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no anexo I ao presente Caderno de Encargos bem como se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no referido anexo e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 — A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre a laboração dos materiais.

3 — Durante a fase de realização dos testes, o adjudicatário deve prestar ao Município de Santa Cruz toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, por pessoas devidamente credenciadas para o efeito.



4 — Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 13.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1 — No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, o Município de Santa Cruz deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

2 — No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e em prazo razoável que for determinado pelo Município de Santa Cruz, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 — Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, Município de Santa Cruz procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 14.^a

Aceitação dos bens

1 — Caso os testes a que se refere a [Cláusula 12.^a] comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, e respetiva instalação, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 10 dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do Município de Santa Cruz.



2 — Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da propriedade dos bens objeto do contrato para o Município de Santa Cruz, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

3 — A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, não detetadas durante os testes e inspeções.

Cláusula 15.ª

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, que surjam depois da aceitação dos bens.

2 — A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento dos bens;
- b) A substituição dos bens defeituosos ou discrepantes;
- c) O transporte dos bens defeituosos ou discrepantes para o local da sua substituição e a devolução daqueles bens;
- d) A deslocação ao local de entrega.

3 — No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o Município tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva substituição.



4 —As substituições previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Santa Cruz e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

5 —Em caso de anomalia detetada no objeto do fornecimento o adjudicatário compromete-se a intervir se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

Cláusula 16.^a

Dever de sigilo

1 — O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Santa Cruz, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 —A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 17.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



Cláusula 18.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

- 1 — São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, durante a execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
- 2 — Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja por que título for.

Cláusula 19.ª

Seguros

- 1 — O adjudicatário obriga-se a ter em dia ou a contrair, todos os seguros necessários e obrigatórios para a execução da aquisição dos bens objetos do presente contrato.
- 2 — O Município de Santa Cruz pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la dentro do prazo indicado.

Cláusula 20.ª

Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

- 1 — O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Primeira Outorgante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.



2 — Os dados pessoais a que a Segunda Outorgante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da Primeira Outorgante.

3 — O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Primeira Outorgante.

4 — No caso em que a Segunda Outorgante seja autorizada pela Primeira Outorgante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5 — O adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a Segunda Outorgante celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6 — O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Primeira Outorgante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;



e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Primeira Outorgante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7 — O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Primeira Outorgante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8 — Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à Segunda Outorgante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a Segunda Outorgante e o referido colaborador.

9 — A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 21.ª

Obrigações da Entidade Adjudicante

1 – Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

a) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;



b) Facultar toda a informação relativa à aquisição dos bens objeto do contrato ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado;

Cláusula 22.^a

Preço base

1 - Considerando os custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos e as necessidades de consumo previstas pelo serviço Operacional Municipal, o preço base sendo entendido como o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela totalidade da prestação do serviço, no presente procedimento é de € 18000.00 (dezoito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 — Adotando o contrato a modalidade de fornecimento contínuo, a cada nota de encomenda autónoma deverá corresponder uma fatura.

Cláusula 23.^a

Preço contratual

1 — Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Santa Cruz deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido na Cláusula anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Santa Cruz, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 — O preço contratual deverá ser mantido durante todo o período de vigência do contrato.



4 – O adjudicatário deverá apresentar proposta de preços unitários para todos os materiais listados no Anexo I do presente Caderno de Encargos.

5 – O prazo contratual sobrepor-se-á ao preço contratual sendo que, caso o montante global da adjudicação não seja esgotado, não terá o adjudicatário direito a qualquer indemnização por tal facto.

6 – No caso de haver necessidade de adquirir outros bens da mesma natureza dos contratados, mas não listados no procedimento, deverá o Adjudicatário, a pedido do Município, apresentar orçamento para o efeito sendo o mesmo sujeito a aprovação por parte do Município.

7 – No caso previsto no número anterior, o valor do eventual fornecimento daqueles materiais será descontado ao valor global do contrato, não aumentando aquele valor.

8 – Caso o Município de Santa Cruz venha a ser demandado por ter infringido, quaisquer direitos referentes à utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, o adjudicatário indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, tenha e de todas as quantias que tenha de pagar a título de indemnização.

Cláusula 24.^a

Condições de pagamento

1 – A(s) quantia(s) devida(s) pelo Município de Santa Cruz nos termos da cláusula anterior serão processadas e pagas de acordo com as disposições legais que regulamentam a realização e processamento de despesas na Administração Pública Local.

2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação dos bens fornecidos por parte do serviço requisitante.

3 – Em caso de discordância por parte do Município de Santa Cruz, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura.



Capítulo III

Penalizações Contratuais

Cláusula 25.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Santa Cruz pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$P = V \cdot A / 1000$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do fornecimento dos bens e serviços em atraso e A é o número de dias em atraso.

2 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Santa Cruz exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 26.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:



- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- f) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- g) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- h) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 27.ª

Caução

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução.

Cláusula 28.ª



Handwritten signature in green ink.

Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente as previstas no artigo 333º conjugado com o artigo 448º do CCP.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas.

Cláusula 29.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na Lei, o adjudicatário pode resolver o contrato, no caso da entidade adjudicante não cumprir com a sua parte do contrato.

2 – O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º e 449º do CCP.

Capítulo IV

Disposições Finais

Cláusula 30.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código do Contratos Públicos.

Cláusula 31.ª

Comunicações e notificações



- 1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
- 3 – As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 32.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 33.ª

Gestor do Contrato

É designado para gestor de contrato Elvio Mendonça, podendo entrar em contacto para o número de telefone 291 616452 ou para o seguinte email: elviomendonca@cm-santacruz.pt.

Cláusula 34.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 35.ª

Legislação aplicável



Em tudo o não especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplicar-se-ão as correspondentes disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08, de 19 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e, subsidiariamente, a demais legislação subsidiária.

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL PARA O FORNECIMENTO CONTINUADO DE

RAÇÃO ANIMAIS DO CRO - 2021

CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 1.ª

Objeto

Necessidade de assegurar a aquisição, em regime continuado, de RAÇÃO para o ano de 2021.

Artigo 2.ª

Caraterização dos bens

Com o presente procedimento pretende-se fixar os preços unitários dos bens a adquirir, a serem fornecidos com a seguinte caracterização:

1. O co-contratante deve assegurar o fornecimento das quantidades, tipo de ração, tipo de dieta, espécie de animal a que se destina, textura da ração, peso das embalagens, de acordo com as especificações enunciadas na Tabela abaixo, nomeadamente:



TABELA_AQUISIÇÃO RAÇÃO_CRO
Descrição dos artigos
1)Ração Seca_ Cão - 14Kg (sacos)
1)Ração Seca (Júnior/Adulto) (raças peq.) - 2,5Kg
3)Ração Seca Cão, Dieta Veterinária - 12Kg
4)Ração Húmida_ Cão e Gato Convalescença -195g
2)Ração Seca_ Gato - 15Kg
7)Ração Húmida_ Gato -85 gr
3)Ração Seca Gato, Dieta Veterinária 5Kg
5)Ração Seca _Cão- 20 kg
6)Ração Seca _Gato - 20 kg

2. As rações devem possuir os componentes a seguir discriminados:

1) Ração para cães – Tipo I:

- Com a presença de ingredientes naturais, com fontes naturais de fibra promovendo uma digestão saudável;
- Sem adição de corantes, aromatizantes e conservantes artificiais;
- Forte presença de proteína animal, mínimo 32% (carnes e subprodutos de origem animal reidratados).
- Gama completa, para responder às diferentes etapas / necessidades (Cachorro raças pequenas, Cachorro: Cão Adulto, Sénior, Light e Sensitive)

2) Ração para gatos – Tipo I:

- Com presença de ingredientes naturais, e com fontes naturais de fibra bem como uma fonte natural de pré-biótico para promover uma digestão saudável.



- Sem adição de corantes, aromatizantes e conservantes artificiais
- Forte presença de proteína animal, mínimo 32% (Carnes e subprodutos de origem animal reidratados).
- Gama completa, para responder às diferentes etapas / necessidades (Gatinhos, Gato Adulto, Esterilizados, Trato Urinário.)

3) Dietas Veterinárias para cães e gato

- Melhora o equilíbrio da microflora, estimula o crescimento das bactérias benéficas e fornece ácidos gordos de cadeia para os enterócitos: Prebióticos adicionados (inulina purificada); Níveis aumentados de fibras solúveis.
- Pode ser administrado a cães adultos: Alimento completo para todas as etapas de vida
- Promove uma boa aceitação do paciente: Elevada palatabilidade.
- Mínimo de Proteína animal 24%.

4) Ração Húmida Para Cães e Gatos (dieta veterinária)

- Ajuda a assegurar máxima aceitação mesmo em gatos anoréticos ou em convalescença com apetite difícil: Elevada palatabilidade
- Ajuda a suportar a cicatrização e a função imunitária: Níveis aumentados de zinco e arginina
- Fornece um suporte antioxidante adicional, durante a recuperação: Níveis aumentados de Vitamina E
- Ajuda a reduzir inflamação indesejável: Ácidos gordos ómega-3 adicionados
- Pode ser utilizado em todas as etapas de vida: Adequado para utilização em gatinhos ou gatas gestantes ou em lactação.
- Mínimo de Proteína animal 24% e Humidade 76%

5) Ração para cães – Tipo II (alimentação de cães errantes)

- Contém cereais, subprodutos de origem vegetal, carne subprodutos animais, óleos minerais antioxidantes
- Componentes: Vitamina A, Vitamina D3, Zinco, Vitamina E, Ferroso, Cobre, Magnésio, Iodo, Selénio,
- Constituintes Analíticos: Proteína bruta, Humidade, Gordura bruta, Cinza Bruta, Fibra Bruta.

6) Ração para gatos – Tipo II (alimentação de colónias)

- Para gatos de todas idades e pesos, alimento completo de alta digestibilidade para gatos adultos. Preparado com matérias primas de elevada qualidade.
- Constituintes Analíticos: Proteína bruta, Gordura bruta, Cinza Bruta, Fibra Bruta.



município de

santa  **cruz**
madeira

7) Ração Húmida Para Gatos

- Componentes: Carnes e subprodutos de origem animal, extratos de proteínas vegetais, peixes e subprodutos de peixes, cereais, legumes, substâncias minerais, açúcares.
- Constituintes Analíticos: Humidade, Proteína bruta; Matéria gorda bruta; Cinza bruta; Fibra bruta.